

Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da Rota da Estrada Real

Caio César Boschi*
Tarcísio Rodrigues Botelho**

Resumo

O objetivo dessa nota é apresentar o projeto de Pesquisa *Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da Rota da Estrada Real*, submetido ao Edital FAPEMIG nº. 009/2005 – Programa “Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais”. A meta inicial do projeto era digitalizar e disponibilizar os acervos documentais sob a guarda do Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC), referentes às paróquias pertencentes à chamada Rota da Estrada Real. O principal resultado alcançado foi tornar disponível em formato digital o acervo de registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos de 23 paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte. Foram elas: Belo Vale, Caeté, Moeda, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas, que se inserem no âmbito espacial da Rota da Estrada Real; e Betim, Bonfim, Contagem, Lagoa Santa, Macaúbas, Crucilândia, Piedade das Gerais, Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba, Santa Quitéria, Venda Nova e Belo Horizonte (São José e N. Sra. da Boa Viagem), não pertencentes à Rota. Esse acervo é composto por 235 livros microfilmados e outros 41 livros fotografados, com cerca de 16.000 imagens.

Palavras-chave: Digitalização; Arquivística; Organização Documental; Acervos Paroquiais; Circuito da Estrada Real.

Os registros paroquiais no passado brasileiro

Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos generalizaram-se a partir do Concílio de Trento (1545-1563) e ocupam lugar de destaque no desenvolvimento historiográfico, sobretudo da Demografia Histórica. Para o Brasil, a produção dos registros paroquiais assumiu alguns contornos específicos. Até a Proclamação da República, em 1889, o clero ocupou um importante lugar na máquina burocrática do Estado colonial e imperial. A constituição de paróquias, a nomeação de padres, a remuneração de parte do clero, dentre outras, eram funções do Estado. Em contrapartida, os padres desempenhavam uma série de papéis como simples funcionários civis. O mais destacado deles era a constituição e controle do sistema de

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, pesquisador do Arquivo Público Mineiro e Professor do Departamento de História da PUC Minas.

** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e Professor do Departamento de História da PUC Minas.

registro de eventos demográficos. Assim, ao clero cabiam os registros e a coleta de informações sobre nascimentos (através dos batizados), matrimônios e óbitos da população brasileira. Ao Estado cabia a co-responsabilidade na construção e conservação de templos, além da garantia da “decência do culto”, exercitada através da conservação das alfaias, paramentos e outros elementos do ritual católico.

Ao longo do período colonial, esse sistema apresentou sérias lacunas.¹ O processo de organização do Estado nacional que se seguiu à Independência Política do Brasil melhorou sensivelmente tal serviço, senão em todas, ao menos em algumas províncias do Império. Minas Gerais esteve entre aquelas que apresentaram avanços mais marcantes. O governo provincial mineiro, especialmente ao longo das décadas de 1830 e 1840, primou pela ênfase na definição da divisão político-administrativa, na organização do aparelho burocrático e na constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas. Neste quadro, a coleta de dados dos registros paroquiais foi bastante valorizada. O clero passou a ser o responsável pelo fornecimento de informações contínuas acerca dos eventos vitais ocorridos em suas paróquias. A partir de 1836, cada vigário tornou-se legalmente obrigado a enviar semestralmente ao governo provincial mapas-resumo dos nascimentos (batismos), casamentos e óbitos havidos em sua paróquia.² O principal efeito desta política foi, sem dúvida alguma, a melhoria na cobertura e na qualidade das informações dos registros paroquiais, especialmente de batismos.

Do ponto de vista dos cativos, os registros paroquiais não incorporavam um contingente muito significativo. Apenas no avançar do século XIX, e dadas as transformações acima descritas, parece ter havido uma melhora na cobertura. A facilidade de acesso ao registro paroquial certamente estimularia os senhores a registrarem suas "crias", pois assim obteriam um registro legal de sua posse. Na década de 1870, houve a introdução de um novo fator a incentivar o batismo de escravos. A partir da chamada Lei do Ventre Livre, de 1871, todo filho de mulher escrava passou a ser considerado livre e a merecer um registro em livro separado. Segundo a lei, este filho de escrava deveria viver junto a sua mãe até os sete anos de idade, sob a responsabilidade do senhor daquela, que poderia exigir pequenos serviços da criança,

1 Apesar disto, a cobertura alcançada por este sistema de registros parece ter sido boa em algumas regiões, em especial nos centros urbanos mais desenvolvidos. Como exemplo para Minas Gerais Colonial, ver: COSTA (1979).

2 Cf. Lei Provincial nº 46, de 21 de março de 1836.

entre os sete e quatorze anos de idade, como forma de diminuir seus custos de manutenção. Quando atingisse os 14 anos, deveria ser feita uma opção entre receber uma indenização do Governo ou explorar o trabalho do jovem até os 21 anos, a título de ressarcimento por sua criação e educação, sendo esta última opção, a mais adotada. Portanto, somente aos 21 anos a "cria de ventre livre" se encontraria efetivamente livre. E tendo em vista que para fazer valer esses direitos os senhores eram obrigados a registrar as crianças, sem dúvida alguma o nível de cobertura deste registro deve ter melhorado. Nesse sentido, os registros paroquiais têm servido para fazer avançar o conhecimento sobre esse grupo social específico, ajudando a compreender diversos fatos sociais como a família escrava, o compadrio e outros.³

O projeto de digitalização do acervo de registros paroquiais da Cúria de Belo Horizonte

Dada a importância assumida pelos arquivos paroquiais, e sobretudo, pelos registros de batismos, casamentos e óbitos, considerou-se relevante a proposta de digitalizar e disponibilizar o acervo sob a guarda do Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte (CEDIC). A Arquidiocese de Belo Horizonte tem boa parte do território de sua jurisdição eclesiástica composto por paróquias que estão entre as mais antigas de Minas Gerais. Como o CEDIC, ao longo dos anos, desempenhou o papel de instituição responsável pela coleta e guarda da documentação de paróquias que integram a Arquidiocese, pode acumular, em condições bastante favoráveis, um rico e importante acervo relativo a tais paróquias.

O projeto de Pesquisa *Digitalização e disponibilização de acervos paroquiais da Rota da Estrada Real*, apresentado à FAPEMIG dentro do Edital FAPEMIG nº. 009/2005 – Programa “Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais” –, tinha como objetivo inicial digitalizar e disponibilizar os acervos paroquiais sob guarda do CEDIC referentes às paróquias de Belo Vale, Caeté, Moeda, Nova Lima, Nova União, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas, integrantes do Circuito Estrada Real. Esclareça-se, a propósito, que a referência ao chamado *Circuito Estrada Real* deveu-se ao perfil do edital, voltado

³ Como exemplos recentes relativos a Minas Gerais, citam-se: Botelho (2004), Corrêa (2005), Libby e Botelho (2004), Libby e Graça Filho (2003), Lott (2004), Oliveira (2004).

para o apoio a propostas de digitalização de acervos de municípios pertencentes ao Circuito.

O trabalho com os acervos paroquiais pretendia facilitar o acesso a essa importante fonte de dados sobre o passado brasileiro, disseminado por todo o território nacional e de uso expressivo nas pesquisas históricas. Seus principais tipos documentais, registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, são utilizados tanto por historiadores acadêmicos dedicados à história demográfica, econômica, social e cultural, quanto por pesquisadores amadores, dedicados à genealogia, à história local, à história de famílias e outros.⁴ Outras fontes ricas são os livros de irmandades, os livros de fábricas, os livros de tombos, os testamentos e muitos outros já sobejamente utilizados pela historiografia brasileira.⁵

Inicialmente, realizou-se o estudo da Arquidiocese de Belo Horizonte, procurando investigar sua criação, estrutura, competência e trajetória. Destaca-se, desse tudo, que a Diocese de Belo Horizonte foi criada em 11 de fevereiro de 1921, pelo Papa Bento XV e em 1º de fevereiro de 1924, o Papa Pio XI, através da bula *Amunus nobis ab Aeterno Pastorum Principe*, elevou Belo Horizonte à categoria de Arquidiocese, promovendo seu Bispo a Arcebispo. Atualmente, abrange 28 municípios: Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Crucilândia, Esmeraldas, Ibité, Mário Campos, Nova União, Lagoa Santa, Moeda, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Piedade dos Gerais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. A área de abrangência da Arquidiocese é dividida em quatro regiões episcopais e em 34 foranias, as quais abrigam suas 259 paróquias (três, dentre elas, são pessoais). O acervo trabalhado encontra-se depositado no Centro de Documentação e Informação da Cúria de Belo Horizonte – CEDIC/BH, criado no ano de 1992. Esse Centro é o responsável pelos arquivos “permanente” e “corrente” da Arquidiocese de Belo Horizonte, guardando um acervo de enorme valor histórico e cultural.

Em seguida, buscou-se organizar o acervo, com o intuito de elaborar um quadro de arranjo e a descrição do conjunto dos registros paroquiais recolhidos ao CEDIC,

4 Como exemplos da produção acadêmica, pode-se citar: Marcílio (1974), Silva (1984), Queiroz (1987), Bacellar (1997, 2001), Goldschmidt (1998, 2004), Lopes (1998), Nadalin (2001), Pereira (2004).

5 Exploraram essa vertente: Boschi (1986), Torres-Lodoño (1999), Paiva (1995) e Aguiar (1999), dentre outros.

além de avançar para outros tipos documentais aí existentes. Embora o CEDIC já tenha toda a sua documentação higienizada e bem acondicionada, ficou patente que a descrição e o arranjo do acervo careciam de aprimoramento. Apesar disso, durante todo o período de duração do projeto, foi possível realizar apenas uma descrição do acervo, bem mais detalhada, de todos os livros de registros de batismos, casamentos e óbitos, que serviram para guiar o trabalho de microfilmagem, digitalização e montagem dos bancos de dados de imagens digitalizadas. Esse trabalho compreendeu a descrição de 259 livros. Paralelamente, foi realizada a identificação dos documentos guardados em caixas, definindo-se como limite temporal mais recente o ano de 1967, data da morte de Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro arcebispo de Belo Horizonte. Esse trabalho resultou na descrição de cada um dos itens documentais de 54 caixas, contendo documentos dos séculos XVIII, XIX e XX.

A etapa seguinte do projeto consistiu na microfilmagem do acervo, de acordo com os padrões recomendados pelo Arquivo Público Mineiro, incluindo um desafio inicial e uma grande descoberta. O desafio foi posto pelo corte linear realizado no orçamento original do projeto, aprovado com uma redução de 50% do valor destinado a microfilmagem e digitalização, o que quase inviabilizou o projeto. A impossibilidade de executar a proposta com o orçamento aprovado, além de dificuldades para a manutenção da equipe de pesquisadores inicialmente designada, motivou o adiamento da assinatura do Termo de Outorga e do subsequente início dos trabalhos. Finalmente, uma grande descoberta tornou viável e determinou a execução da proposta. Em função de uma reforma das instalações do Palácio Cristo Rei, onde se encontra o CEDIC, foram encontradas duas caixas com os microfilmes realizados no início dos anos 1980 pela Sociedade Genealógica de Utah, entidade ligada à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmons). Isso eliminou essa etapa do projeto, tornando-o viável dentro do orçamento aprovado, além de abrir amplas perspectivas de trabalho já que a Sociedade Genealógica de Utah produziu um volume enorme de microfilmagens de arquivos diocesanos e paroquiais em Minas Gerais. Um levantamento preliminar revelou a existência de mais de 600 rolos de microfilmes dessas fontes em arquivos diocesanos mineiros ou no arquivo central da Sociedade Genealógica, nos Estados Unidos. A maior parte da microfilmagem fora realizada há mais de 20 anos e, desde então, muitos dos originais se degradaram, pelo uso ou má conservação, outros se perderam. Vale dizer: a exploração e a digitalização exitosas desse material abrem um amplo filão a ser explorado nos próximos anos.

Resolvido o problema da microfilmagem, passou-se à questão da digitalização e da solução em software para uso do banco de imagens digitalizadas. Optou-se pela contratação dos trabalhos da M. I. Montreal Informática, empresa especializada que já contava com ampla experiência com documentos históricos. Os 37 microfilmes foram transpostos para 37 DVDs. Criou-se uma aplicação específica para gerenciamento do banco de imagens, checadas uma a uma pelos pesquisadores e bolsistas do projeto. O software também foi testado e ajustado às necessidades específicas de consulta do público potencial do acervo, disponibilizando o produto final em dois locais: no CEDIC e no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas. Importante assinalar que não há maiores restrições de acesso às informações, porque a documentação digitalizada já conta com mais de um século de existência, mas sim à sua utilização, pois constituem propriedade da Cúria Arquidiocesana de Belo Horizonte.

Do ponto de vista técnico, foi necessário realizar a digitalização dos acervos microfilmados pela Sociedade Genealógica de Utah, determinando daí uma discrepância entre as paróquias inicialmente propostas e as paróquias efetivamente trabalhadas. Do conjunto de paróquias inicialmente propostas, foram digitalizadas as de Belo Vale, Caeté, Moeda, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas. Não haviam sido microfilmadas, portanto, as paróquias de Nova Lima e Nova União. No caso dessa última, descobriu-se que todos os registros paroquiais preservados eram do século XX, escapando, portanto, ao recorte cronológico do projeto e do edital. Em relação à Nova Lima, após diversas gestões junto ao pároco local, o acervo foi transferido para o CEDIC e fizemos fotos digitais de todos os livros de registros paroquiais. Portanto, não houve a microfilmagem desse acervo específico por restrições orçamentárias, mas efetivou-se a produção de suas imagens digitais, que não se encontram acessíveis através do software desenvolvido para o projeto, mas sim através de qualquer visualizador compatível com o sistema operacional Windows XP.

Além das paróquias previstas inicialmente no projeto, foram encontrados entre os microfilmes os registros de batismos, casamentos e óbitos das paróquias de Betim, Bonfim, Contagem, Crucilândia, Lagoa Santa, Macaúbas, Piedade das Gerais, Piedade do Paraopeba, Santa Quitéria, São José do Paraopeba, Venda Nova e também Belo Horizonte (São José e N. Sra. da Boa Viagem). Como seria trabalhoso digitalizar separadamente apenas as paróquias previstas no projeto, optou-se por realizar o trabalho com a totalidade dos microfilmes, mantendo-se o custo final abaixo do orçamento aprovado. Por conseguinte, deve-se registrar que o projeto não apenas alcançou

plenamente os resultados inicialmente previstos, como foi além, acrescentando um acervo de 13 paróquias ao conjunto das 10 inicialmente previstas, sem acréscimos no orçamento.

Desdobramentos futuros do projeto

Com a iniciativa de trabalhar os acervos da Igreja Católica, abrem-se novas perspectivas para os esforços de preservação do patrimônio documental brasileiro, tendo em vista que, ao longo de sua trajetória no Brasil, acumulou significativo conjunto de acervos de grande capilaridade na medida em que tem como unidade de produção a paróquia. Ao iniciar um trabalho de preservação e disponibilização de parte desse acervo, a equipe proponente abriu um importante precedente e construiu um modelo a partir do qual a Igreja Católica poderá pautar suas ações de preservação documental. A sensibilização da Arquidiocese de Belo Horizonte em relação a esse esforço e seu endosso a essa proposta já se mostraram como bons frutos desse trabalho. Com a sua execução, certamente teremos amplos efeitos multiplicadores na própria Arquidiocese e em instituições congêneres.

Finalmente, deve-se ressaltar o potencial aberto com o uso dos microfílmes produzidos pela Sociedade Genealógica de Utah. Pelo que se sabe, essa foi a primeira experiência brasileira de digitalização desse material. Em consulta ao site de buscas da Sociedade, foi possível estimar um estoque de cerca de 600 microfílmes espalhados por Minas Gerais, sobretudo nos seus arquivos diocesanos. Havia grandes dúvidas em relação à qualidade das imagens digitais produzidas a partir de tais microfílmes, já que se desconhecia a qualidade do trabalho e os danos que o tempo porventura pudesse ter provocado nos filmes. Sabe-se, agora, que é perfeitamente possível produzir uma imagem digital de qualidade a partir desse acervo de microfílmes. Além disso, a maior parte desse trabalho de microfilmagem remonta à década de 1980, sendo que, nesses mais de 20 anos, muitos acervos se deterioraram ou mesmo desapareceram. Portanto, os microfílmes da Sociedade Genealógica de Utah, na verdade, podem permitir o acesso a documentos em melhores condições do que aquelas em que eles se encontram atualmente. Para alguns deles, talvez essa já seja a única possibilidade de acesso. Aberta essa janela de oportunidades com tal acervo de microfílmes, esperamos poder explorá-la nos próximos anos.

Abstract

The aim of this research note is to show the main results of the project entitled “Digitalizing and disposing Estrada Real Circuit parish archives”, supported by FAPEMIG. The main goal was digitalize and dispose to public consulting the parish archives under protection of CEDIC (Documental and Information Center of Belo Horizonte Archbishop), from parishes of Royal Road Circuit. As a result, now it is possible to access the digital images of baptism, marriage and burial registers from 23 parishes. The parishes are: Belo Vale, Caeté, Moeda, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia and Taquaraçu de Minas, from Royal Road Circuit; and Betim, Bonfim, Contagem, Lagoa Santa, Macaúbas, Crucilândia, Piedade das Gerais, Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba, Santa Quitéria, Venda Nova and Belo Horizonte (São José and Nossa Senhora da Boa Viagem), outside Royal Road Circuit. This group of documents is composed by 235 microfilmed books and others 41 books in digital photos, with more than 16.000 images.

Keywords: Documental Digitalization; Archivistic ;Documental Organization; Parish Records; Royal Road Circuit.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Marcos Magalhães. Estado e Igreja na capitania de Minas Gerais: notas sobre mecanismos de controle da vida associativa. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 42-57, 1999.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório e os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-166, 2004.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Por que sou um chefe de famílias e o senhor da minha casa: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado - História).

COSTA, Iraci del Nero. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto (MG). 1(1): 46-54, 1990.

COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica*. São Paulo: IPE/USP, 1979.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. Rea. *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*. São Paulo: Annablume, 2004.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 69-96, 2004.

LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, p. 112-151, 2003.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XIII*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

LOTT, Miriam Moura. *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica - 1804-1839*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado - História).

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

OLIVEIRA, Patrícia Porto. *Batimos de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto, 1712-1750*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado - História).

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. *O sangue, a palavra e a lei: faces da ilegitimidade em Sabará, 1713-1770*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação de Mestrado - História).

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz, Edusp, 1984.

TORRES-LODOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.